

Índice

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	1
5.2 Descrição dos controles internos	5
5.3 Programa de integridade	7
5.4 Alterações significativas	10
5.5 Outras informações relevantes	11

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos corporativos formalmente aprovada. No entanto, a Companhia adota, como prática em seus negócios, as estratégias de proteção de riscos abaixo descritas, as quais entende serem adequadas para o setor de atuação da Companhia.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos abaixo relacionados:

Risco de Mercado: O termo "Risco de Mercado" se refere a fatores no mercado que afetam o valor de qualquer posição de risco aberta, em geral posição com maior liquidez. O fator mais comum é o risco de preço da *commodity*, que pode ser dividido em *flat price risk* e *basis risk*.

Risco de Liquidez: O termo "Risco de Liquidez" refere-se ao risco de a Companhia ter uma posição física em *commodities* para a qual não consegue encontrar um comprador (ou vendedor) com quem fechar a posição. O risco de liquidez aumenta à medida que a Companhia negocia contratos físicos ou futuros mais distantes e é quantificado pelo prazo e pelo *notional (valor do principal)*. Estes limites restringem até que ponto dos futuros a companhia pode negociar.

Risco de Performance: "Risco de Performance" é a possibilidade de não cumprimento dos termos do acordo comercial na entrega ou execução de um produto, serviço, programa ou projeto, tanto em termos de volume, de valor, prazos, ou em quaisquer outros termos definidos na negociação ou contrato. Exemplos de risco, falha ou default de performance:

1. Quando um produtor rural deixa de entregar os grãos devido à valorização de mercado e resolve vender seu produto mais valorizado no mercado spot
2. Quando há uma greve de caminhoneiros, impactando o fluxo de grãos no porto, causando atraso no carregamento dos navios e por consequência, multas de demurrage.
3. Secas ou excesso de chuvas impactam a qualidade dos grãos de um produtor rural, que não consegue entregar seu produto nas condições de qualidade mínimas exigidas, não cumprindo em parte seu contrato.

Risco de Crédito: Risco de crédito é o risco de não pagamento por um cliente ou contraparte, seja ele do principal envolvido, ou apenas da diferença do valor do contrato, o valor a mercado.

Risco País: O risco-país é um conjunto de riscos associados aos investimentos que investidores, em geral não residentes, observam antes e durante os investimentos. Os riscos incluídos neste conceito são os riscos cambiais, riscos econômicos, riscos políticos internos e externos, riscos legais, regulamentais, burocráticos, riscos soberanos (ou de convertibilidade) - risco de o capital ser congelado por ação governamental, dentre outros riscos. Cada país tem um tipo diferente de risco-país, alguns com riscos mais elevados não incentivariam qualquer tipo de investimento estrangeiro. Embora o risco-país de alguns países possa ter um impacto relevante e sensível na economia em geral deste país, a maioria dos outros países chamados "desenvolvidos" não sentem um impacto maior devido a este risco. Existem várias causas raiz que contribuem para o risco-país: má gestão política, e inquietação social, baixo crescimento econômico, trabalho e emprego, instabilidade política, dentre outros. Em casos extremos são postas em prática novas políticas econômicas que podem resultar na expropriação de ativos, controle do fluxo de caixa e elevados impostos e tarifas para investidores estrangeiros. Há um prêmio de Risco País, que é o custo de risco adicional que está relacionado ao investimento em uma companhia, fundo, *endowment*, que os governos internacionais cobram ao investir no país em questão, seja no curto, médio ou longo prazos. O prêmio de risco do país é mais alto para os mercados em desenvolvimento.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Risco de Frete: O risco de frete refere-se aos riscos associados à logística doméstica, bem como ao frete marítimo em contratos de exportação.

Risco Cambial: Trata-se do risco que surge em todas as negociações que não são protegidas, de forma correta, contra variações nos níveis de câmbio. A definição da moeda funcional é obrigatória para identificar a qual risco de moeda a empresa está sujeita. Devido à natureza de seus negócios, companhias originadoras, comercializadoras e exportadores de grãos estão sujeitas a riscos decorrentes de movimentos nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras. As exposições cambiais (FX) surgem no curso normal das operações e a natureza e estrutura dessas operações apresentam oportunidades para administrar com eficácia o impacto da volatilidade cambial nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia. São exemplos de classificação de exposição cambial: Exposição de Balanço (e.g., Contas a Receber de Fornecedores em Moeda estrangeira), Exposições Comerciais/Transacionais (e.g. Aquisições de Soja futura dos Produtores) e Exposições Econômicas (Fábrica sediada nos USA). A Companhia realizará transações em Reais (BRL) e em Dólares Americanos (USD). O livro da Companhia é um livro em BRL e todo o risco transacional de FX precisa ser protegido. Limites de risco adicionais podem ser alocados para FX enquanto houver um reporte e monitoramento adequado.

Risco de Compliance: O risco de *compliance* refere-se à não aderência às políticas ou procedimentos internos da Companhia, com os procedimentos dos stakeholders, e às leis e regulamentos do país, sejam no âmbito das agências reguladoras ou dos entes federativos. No que se refere à operação da Companhia, esse risco pode advir de lidar com contrapartes que não estejam em conformidade com as leis e regulamentações brasileiras, tais como contrapartes relacionadas ao trabalho escravo.

Riscos Operacionais: São os riscos de perda relacionados aos inúmeros processos internos, que envolvem pessoas, sistemas, processos, fluxos, aprovações dentre outros. Processos mal especificados, falhos, fraudados ou fraudáveis, eventos externos que rompam com estes processos são os causadores de perdas que podem variar desde centavos até dezenas de bilhões. As escalas de identificação, avaliação, priorização, tratamento, reporte e acompanhamento dos riscos operacionais podem identificar desde os riscos menores até os de maiores importância. Diversas escalas podem ser utilizadas ao medir e elencar tais riscos. Medidas como probabilidade, severidade, impacto financeiro, impacto legal, reputacional, ambiental, de imagem, financeiro, continuidade dos negócios e matrizes tipo *heatmap** são muitas vezes usadas na priorização e mapeamento destes riscos. Desde o furto de materiais de escritório até o rompimento e explosão de uma plataforma marítima de extração de petróleo, causando grande acidente ambiental e gerando bilhões em perdas, são exemplos de riscos operacionais. Os riscos operacionais, dependendo de sua magnitude, pode gerar outros riscos, como riscos sistêmico, de liquidez, de mercado, de crédito entre outros. Normas como Iso 31.000 e COSO são muitas vezes utilizadas na gestão de tais riscos. **Heatmap* (Mapa de Calor): um mapa de calor é uma representação gráfica de dados em que os valores individuais contidos em uma matriz são representados como cores. É uma ferramenta usada para apresentar visualmente os resultados de um processo de avaliação de riscos de maneira significativa e concisa.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

Para fins de aprimoramento do processo de gerenciamento dos riscos elencados no item (i) acima, a Companhia avalia o grau de exposição a riscos que está disposta a aceitar na implementação de suas estratégias de negócio e realização de suas atividades, a fim de atingir os seus objetivos estratégicos e criar valor para os seus acionistas.

Os riscos são, de forma geral, identificados por meio de fontes internas (conselheiros, diretores, executivos, colaboradores) e fontes externas (auditores externos, órgãos reguladores, mercado, governo, mídia e demais partes interessadas) e são:

- (i) categorizados, priorizados, avaliados em probabilidade, severidade e seus diversos impactos (financeiros, legal, reputacional, ambiental e demais) por executivos e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

colaboradores da Companhia, a depender da área a que o risco se relaciona, desde os operacionais até os mais estratégicos,

- (ii) acompanhados por um executivo responsável pelo acompanhamento dos assuntos de risco corporativo nos mais diversos níveis e áreas da Companhia; e
- (iii) orientados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, de acordo com as práticas usuais da Companhia. Após a avaliação dos riscos e alinhamento com a Diretoria e Conselho de Administração da Companhia, é possível determinar e priorizar seus planos de ação. A Diretoria e o Conselho de Administração acompanham e discutem continuamente os riscos a que a Companhia está sujeita, e supervisiona a implementação e manutenção dos planos de ação através de gestão contínua e avaliações internas ou externas independentes, quando aplicável.

A seguir a lista de instrumentos utilizados na gestão dos riscos:

Instrumentos para Gestão de Riscos de Futuros de Commodity (Flat Price Risk):

- Futuros CBOT: Futuros de soja, milho, farelo de soja para fazer o hedge do principal componente de risco dos negócios focados em exportação.
- Futuros B3: Futuros de soja, milho. O foco é o hedge para as vendas em reais ao mercado interno.
- Termos de balcão de commodities locais (NDF commodities): Forwards de commodities negociados com contrapartes financeiras ao invés das bolsas de valores. Embora o efeito seja idêntico ao dos futuros das bolsas, não há chamadas de Margem diária necessariamente. Condições de financiamento de margem e demais estudos e operações de valor agregado fazem com que seja uma alternativa de hedge.
- Fixação de contratos junto aos compradores: Eliminação dos riscos de preços, mas diretamente com os compradores, sem a utilização das bolsas de valores ou dos bancos e corretoras.

Instrumentos para Gestão de Riscos Cambiais:

- NDF cambiais (non deliverable forwards de FX USD/BRL): Non Deliverable forward cambiais, oferecendo ferramenta de hedge cambial flexível em volume e prazos. Negociado diretamente com os bancos.
- Dívidas denominadas em moeda americana ou na moeda do risco cambial.

Instrumentos para gestão dos Riscos de Basis / Prêmio (risco de diferencial de preço da commodity):

- Paranaguá "Paper": Contratos de "pedaços" de navios, de posições físicas, spot ou futuras, em portos de referência, que permitem as companhias exportadoras de grãos;
- Gerenciarem seus riscos de diferencial de preços entre os portos brasileiros e a bolsa de Chicago (Basis Risk), Porto de Paranaguá para soja e Porto de Santos para milho;
- Compras de Produto no Interior: Ao comprar-se produto no interior estabelece-se uma posição "long" ou comprada em prêmio/basis, assim cobrindo posições vendidas anteriores;
- Vendas de produto no Porto ou Interior: Ao realizar a venda de produto nos portos ou no interior, a posições de basis fica short, ou vendida. Serve para diminuir uma posição comprada.

Instrumentos para gestão dos Riscos de "Port Spread":

- Gestão das compras e vendas por porto (gestão do livro): Grãos e oleaginosas nos portos brasileiros não possuem os mesmos preços, seja no "spot" seja nos prazos futuros. Assim sendo, vender muito em um porto, fazendo um hedge vendendo uma

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

posição física em outro porto, caso o diferencial de preço entre os portos mude, entra-se no risco de port spread, ou diferença de preço entre portos.

Instrumentos para gestão dos Riscos Logísticos:

- Contratação de Capacidade Logística Onshore (caminhão, trem, barcaça): As compras de grãos geram uma necessidade de transporte, das fazendas, do interior até os portos. Isso representa de forma aproximada, uma posição "short frete", ou seja, caso o preço do frete suba, há perdas financeiras. Assim, uma das formas de mitigar este risco é simplesmente contratando viagens de caminhão, contratando capacidade nas ferrovias, nas hidrovias de forma que essa posição de necessidade de frete seja diminuída.

Ferramentas para Gestão e Medição dos Risco Gerais de Mercado:

- VAR (Value at Risk): O VAR é um único número que representa um o risco de um livro de posições de mercado. Esse número representa a pior perda esperada em um dado horizonte de tempo e é associado a um intervalo de confiança. No caso de uma comercializadora e originadora de grãos, variáveis como preços dos futuros de Chicago (CBOT), da B3, de prêmio, de câmbio são inseridos na conta, assim como as exposições da companhia. O VAR em geral é de 1 dia ou de 21 dias (1 mês), e é estimado para 95% (1 perda de X ou maior a cada 20 dias) ou 99% (1 perda de Y ou maior a cada 100 dias).

Instrumentos para gestão dos Riscos de Performance de Crédito (Oriundo da valorização potencial dos contratos junto aos fornecedores):

- Limitação de exposição por contraparte;
- Report Semanal de MTM (marcação a mercado);
- Controle dos Saldos recebidos vs Valores dos Contratos em aberto;
- Medição do PFE (Risco Potencial Futuro de Crédito).

Instrumentos para gestão dos Riscos de Crédito:

- Controle do Volume em estoques de terceiros.

Instrumentos para gestão dos Riscos Operacionais e de Compliance

- Alçadas de aprovação, controles internos e mapeamento de riscos.
- Controle de exceções; e
- Canal de denúncias;
- Treinamentos.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos é formada pelo:

- Conselho de Administração- Aprova a Política de Gestão de Riscos e define e monitora os riscos estratégicos;
- Diretoria Executiva - Toma as decisões e implementações de melhoria na gestão de riscos.
- Gerência de Riscos, Gerência de Compliance e Controladoria - Monitora e comunica os indicadores de risco e ações de mitigação.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Além da estrutura utilizada na gestão de riscos, existem políticas específicas e procedimentos internos em cada uma das áreas. A verificação das políticas é realizada pela área de Compliance, Gestão de riscos e Controladoria.

5.2 Descrição dos controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos, o sistema de controles internos da Companhia foi estruturado por sua administração e envolve todos os colaboradores, que têm o objetivo de fornecer garantia razoável quanto à confiabilidade das informações financeiras e à preparação das demonstrações financeiras.

Com relação aos seus controles internos, a Companhia procura sistematicamente fortalecer as práticas de governança, de modo a garantir o atendimento a todas as leis e normas regulamentares aplicáveis, tanto nacionais, quanto internacionais, pela Companhia, pelos seus colaboradores e pela administração.

Como exemplos adicionais das práticas e controles internos adotados pela Companhia, podemos citar:

- 1) Utilização do sistema integrado que permite uma gestão eficiente de todas as suas atividades operacionais e gerenciais, com foco em um desempenho equilibrado nos processos corporativos;
- 2) Reconciliação das contas contábeis;
- 3) Processos mensais de fechamento contábil; e
- 4) Adoção de sistemas de aprovação por alçada

Ademais a administração da Companhia realiza um processo anual de revisão, aprimoramento e melhoria dos controles internos incluindo planos de ação para recomendações dos auditores independentes, para a preparação de suas demonstrações contábeis, com o intuito de fornecer aos seus investidores informações confiáveis.

Por esse motivo, a Companhia entende que os controles internos adotados são adequados ao tipo de atividade e o volume de transações que realiza, e asseguram a confiabilidade e precisão das informações constantes de suas demonstrações financeiras.

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para a elaboração de suas demonstrações contábeis é apropriado para o desenvolvimento de suas atividades e suficiente para assegurar que estas representem adequadamente sua posição patrimonial e financeira, bem como os resultados de suas operações.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Conselho de Administração: Nos termos do artigo 17, parágrafo único do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração, dentre as suas atribuições, estabelecer as normas aplicáveis aos Comitês Consultivos, incluindo regras sobre seu funcionamento, competências, composição, prazo de gestão e remuneração, quando aplicável. Tais normas e regras serão definidas nos regimentos internos dos Comitês Consultivos, que serão aprovados pelo Conselho de Administração.

Diretoria: Conforme disposto no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, compete à Diretoria, dentre as suas atribuições, a elaboração e execução dos planos e da política de investimentos e desenvolvimento, bem como os respectivos orçamentos, observada a competência deliberativa do Conselho de Administração, o acompanhamento e execução do orçamento, compete especificamente ao Diretor Financeiro (dentre outras matérias) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal, acompanhamento e avaliação dos resultados buscando

5.2 Descrição dos controles internos

proativamente identificar riscos, desvios em relação às metas definidas e oportunidades de melhoria, coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e relatórios gerenciais.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Diretoria da Companhia monitora regulamente os registros contábeis e financeiros da Companhia de forma individual e consolidada, para assegurar a efetividade dos controles internos e a correção das informações contábeis e financeiras.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

De acordo com o relatório preparado e encaminhado pelos auditores independentes da Companhia, relativos às demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram identificadas melhorias e deficiências, sendo que foi indicado expressamente que nenhuma das deficiências eram consideradas significativas.

Dentre as deficiências apontadas no referido relatório, foram relacionadas a melhorias dos controles de movimentação dos contratos de *commodities*, performance do recebimento e envio físico e reconhecimento de receitas e custos e mensuração dos derivativos a valor justo, ausência de manual de práticas e políticas contábeis para o grupo, rateio de benefícios de dirigentes e identificação de todas as contrapartidas das provisões nas contas do resultado do exercício para bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Como forma de correção das deficiências, o auditor independente recomendou que a Companhia elabore controles que permitam a inclusão dos contratos e o cruzamento destes com os devidos registros de receitas e custos, além de controlar a performance dos contratos, além disso, recomendaram que a Companhia revise a sua metodologia de cálculo para apuração do valor justo dos derivativos e mantenha boa salvaguarda de documentação utilizada na cotação de valores no momento da contratação, além de estabelecer políticas para o grupo e melhorias nos processos de apuração do IRPJ e CSLL.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Todas as recomendações realizadas pelos auditores, conforme indicado acima, foram avaliadas pelos diretores da Companhia foram direcionados internamente, incluindo (i) melhorias em curso para melhor controle de *Gross Margin*; (ii) implementação de *FX Exposure Position* para monitorar NDFs contra contratos físicos; (iii) implementação de sistema ERP para minimizar risco nas informações financeiras; (iv) desenvolvimento de controle mensal de preços praticados; (v) criação de políticas contábeis para o grupo; (vi) e criação de rateio para benefícios de dirigentes e contas contábeis para o registro das provisões, de modo que seja possível identificar a constituição e reversão em linhas específicas.

Adicionalmente, a Companhia acredita que as deficiências não geram impactos nos números contábeis e não afetaram a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras da Companhia, ressaltando-se que o auditor independente indicou expressamente que nenhuma das deficiências foi considerada significativa.

5.3 Programa de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia possui diretrizes internas, contempladas em seu Código de Ética e Conduta, em relação à procedimentos de integridade a serem adotados pelos seus colaboradores, incluindo membros do Conselho de Administração, diretores, gestores, técnicos e analistas, bem como em todos os relacionamentos estabelecidos terceiros.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

O Código de Ética e Conduta da Companhia reúne os 7 princípios éticos da Companhia, quais sejam:

1. Cumprimos a lei;
2. Conduzimos nosso negócio com integridade;
3. Mantemos registros precisos e honestos;
4. Honramos as obrigações de nosso negócio;
5. Tratamos as pessoas com dignidade e respeito;
6. Protegemos as informações, os ativos e os interesses da Companhia; e
7. Estamos comprometidos com uma cidadania global responsável.

Os riscos identificados pela Companhia são reavaliados periodicamente, por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais e intermediárias, e, sempre que constatada a necessidade de sua revisão em razão da ocorrência de qualquer fato não previsto.

Em que pese a constante busca pelo aprimoramento de suas políticas e práticas de controle e integridade, a administração da Companhia considera que sua estrutura de controles internos e integridade é adequada ao perfil dos riscos e às atividades desenvolvidas pela Companhia.

Por fim, o descumprimento de quaisquer normas do Código de Conduta Ética acarretará sanções disciplinares, podendo ocasionar até mesmo a rescisão do contrato do infrator.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Atualmente, o monitoramento do cumprimento das normas de conduta está sob a responsabilidade do Comitê de Ética que reporta ao Conselho de Administração. Cabe ao Comitê revisões e atualizações ao Código de Ética e Conduta e a análise e aplicação de sanções referentes a violações ao referido código.

(iii) código de ética ou de conduta

Aprovado em 14 de junho de 2021, pelo Conselho de Administração da Companhia. Divulgado em nosso website: www.agribrazil.net.

Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados:

O Código se aplica a todos os funcionários da Companhia e suas empresas afiliadas. Ele também se aplica aos membros da diretoria quando agem em nome da Companhia. O Código também se aplica em todos os relacionamentos estabelecidos pela Companhia com os seus acionistas, clientes, fornecedores, sindicatos, comunidades, Governo, sociedade, meios de comunicação e quaisquer terceiros.

5.3 Programa de integridade

Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema:

A Companhia não possui um programa periódico de treinamento a respeito do Código de Conduta Ética, entretanto no momento da integração de seus colaboradores, orienta e capacita os novos colaboradores em relação ao seu Código de Ética, assim como divulga seu Canal de Ética. Os novos colaboradores assinam um Termo de Ciência e Compromisso anexo ao Código de Ética. A Companhia disponibiliza também aos seus colaboradores, sempre que necessário, treinamentos focados no conteúdo de seu Código de Ética, com o objetivo de reforçar conceitos, demonstrar quais são as condutas esperadas e trazer conscientização sobre as políticas e práticas internas.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:

De acordo com o Código de Ética e Conduta da Companhia, as sanções aplicáveis em razão da violação aos preceitos do Código serão mensuradas caso a caso e avaliadas pela Diretoria, levando em consideração: (i) a natureza e a gravidade da violação; (ii) o cargo e histórico do transgressor, bem como suas responsabilidades; (iii) circunstâncias atenuantes ou agravantes em relação à infração cometida; (iv) os meios utilizados e os fins almejados; (v) os riscos envolvidos; e (vi) as possíveis consequências da sanção.

Dentre as sanções aplicáveis, estão medidas disciplinares educativas (advertência e suspensão) ou punitivas de rompimento contratual e desligamentos dos Colaboradores envolvidos por justa causa.

Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Companhia possui Código de Ética e Conduta formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de junho de 2021, que pode ser acessado em nosso website: www.agribrazil.net.

(b) canal de denúncia. Em caso positivo: positivo: (i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros; (ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; (iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; (iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

A Companhia mantém um portal de denúncias o qual está aberto para recebimento de denúncias internas e externas, por meio do qual é possível reportar e relatar situações de qualquer natureza relacionadas possíveis infrações ou desconformidades com a legislação, o Código de Ética ou os valores da Companhia, o denunciante pode optar por não se identificar, sendo garantido seu anonimato. A Companhia não permite qualquer discriminação, penalização ou retaliação dos denunciantes de boa-fé. O canal de denúncias é operado por uma empresa independente e imparcial e especializada na operação de canais dessa natureza com a denominação social Insights Ética e Compliance LTDA devidamente inscrita com CNPJ/MF sob o nº 30.166.710/0001-57.

A Companhia não tolerará nenhuma retaliação à pessoa que preste a referida denúncia, relatando a ocorrência potencialmente violadora do disposto no Código, em políticas, legislação e regulamentação aplicáveis à Companhia. Para tanto, todas as denúncias serão tratadas de forma confidencial e eventuais retaliações serão punidas pela Companhia, mediante a aplicação de sanções àqueles que descumprirem o disposto no Código.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

5.3 Programa de integridade

A Companhia não possui política formalizada para processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias e não houve qualquer processo de fusão, aquisição e reestruturação societária até o momento.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável. A Companhia possui diretrizes internas discriminadas em seu Código de Ética e Conduta, e está aprimorando constantemente seus procedimentos voltados à prevenção, detecção e remediação de fraudes ou práticas ilícitas e antiéticas.

5.4 Alterações significativas

Os riscos apresentados neste Formulário de Referência são constantemente monitorados por nós e apresentam-se, de forma geral, estáveis, sem expectativas de redução ou aumento.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações qude a Companhia julgue relevantes em relação a este item.